

Neste número

I. EMPREGO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS EM CONTAS NACIONAIS 2

1. Emprego nas administrações públicas no quadro do mercado de trabalho e na economia 2
2. Caracterização do emprego nas administrações públicas..... 4
 - 2.1 Estrutura etária e escolaridade por subsector e ministério 4
 - 2.2 Estrutura etária e escolaridade por cargo, carreira e grupo 8
3. Remunerações médias mensais nas administrações públicas..... 11

II. SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO..... 13

4. Prestações de serviços na administração direta e indireta 13
5. Trabalhadores em situação de mobilidade especial (SME)..... 14

6. Notas técnicas..... 15



Boletim estatístico do emprego público

Editor: Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, Departamento de Estatística do Emprego Público (DEEP)

Coordenação: M^a Fernanda Teixeira

Realização: M^a Fernanda Teixeira, Joana Pinto, Marta Ferro, Ana Celestino, Manuela Baptista

Conceção e arranjo gráfico: Elsa Ho

Praça do Comércio,
Ala Oriental, 2.º Piso, 1149 - 005 Lisboa

deep@dgaep.gov.pt

<http://www.dgaep.gov.pt/>

ISSN: 2182-7303



O BOEP – Boletim Estatístico do Emprego Público – é uma publicação através da qual a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) divulga com regularidade dados, indicadores e análises estatísticas sobre emprego público, no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho. Na nova série do BOEP, a partir do número 07, a informação disponibilizada é complementar da informação de síntese divulgada trimestralmente na SIEP - Síntese Estatística do Emprego Público. Em particular neste número do BOEP é disponibilizado um conjunto de indicadores detalhados de caracterização do emprego público complementar aos dados publicados na SIEP 2.º trimestre 2012.

O conjunto de dados e indicadores de caracterização apresentados incidem sobre o universo de entidades que compõem o sector das administrações públicas na ótica da contabilidade nacional, utilizando como fonte privilegiada a informação sobre emprego recolhida através do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) da DGAEP, em paralelo com outras fontes produzidas por entidades estatísticas nacionais e internacionais. Em notas técnicas, no final, são apresentadas referências sobre o universo, tratamento e validação dos dados e principais conceitos. A informação estatística mais detalhada é apresentada em *formato Excel*.

I. EMPREGO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS EM CONTAS NACIONAIS

1. Emprego nas administrações públicas no quadro do mercado de trabalho e na economia

No final de 2011, em cada 10 trabalhadores que constituem a população ativa portuguesa (empregados e desempregados) cerca de 1 trabalhava numa entidade das administrações públicas (Quadro 1.1). Este indicador que tem vindo progressivamente a decrescer para Portugal (menos cerca de 1 ponto percentual em relação a 2008), representa valores abaixo do valor médio registado para 32 países da OCDE (Gráfico 1.1). Em paralelo, o rácio das despesas com pessoal nas administrações públicas em relação ao PIB nominal para Portugal demonstra uma significativa tendência de redução nos últimos 6 anos - menos 18,8% em 2011 face a 2005 - em comparação com o movimento do mesmo indicador para a média dos países da UE - menos 0,2% (Gráfico 1.3).

Em relação ao índice de participação das mulheres no mercado de trabalho em geral (47%) é de realçar a elevada taxa de participação feminina nas administrações públicas onde, em média, mais de metade dos trabalhadores são mulheres (56,6%) e em particular nas administrações regionais dos Açores (64,8%) e da Madeira (70,3%) (Gráfico 1.2).

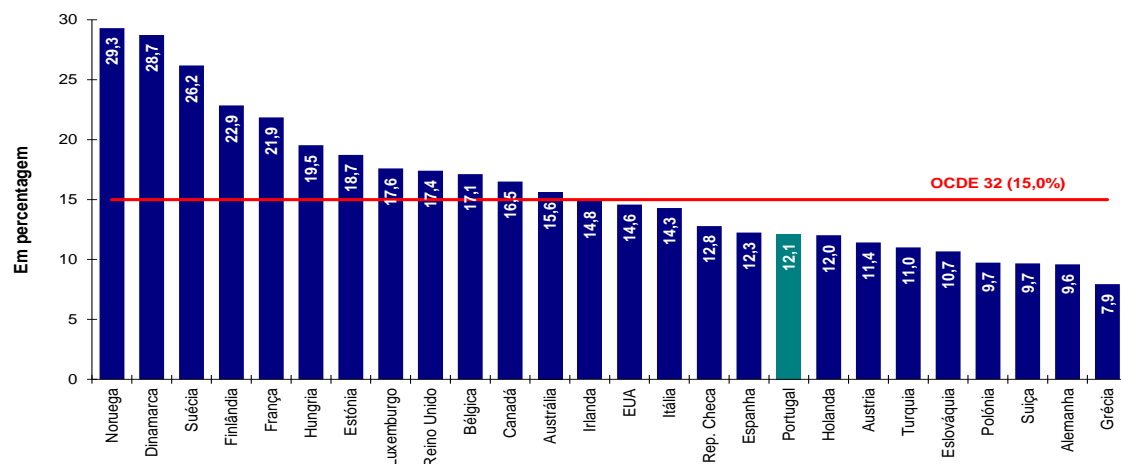
Quadro 1.1 Peso do emprego nas administrações públicas no mercado de trabalho, 2011

Unidade: Em percentagem

	Peso na população total			Peso na população ativa			Peso na pop. empregada		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Administrações públicas	5,3	6,3	5,8	9,1	13,4	11,1	10,3	15,4	12,7
Administração central	3,7	5,0	4,3	6,3	10,5	8,3	7,2	12,1	9,5
Administração regional e local (*)	1,6	1,3	1,5	2,8	2,8	2,8	3,2	3,3	3,2
Administração regional dos Açores	0,1	0,2	0,1	0,2	0,4	0,3	0,2	0,4	0,3
Administração regional da Madeira	0,1	0,2	0,2	0,2	0,5	0,3	0,2	0,5	0,4
Administração local (*)	1,4	0,9	1,2	2,4	2,0	2,2	2,8	2,3	2,5

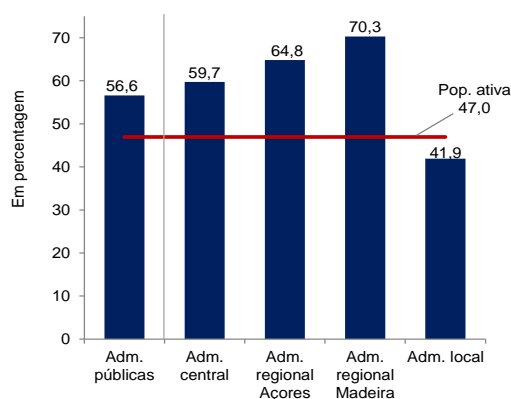
Fontes: INE - Inquérito ao Emprego 2ºT 2012; Censos 2011; DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP
Nota: (*) Administração local: dados provisórios - ver 6. Notas Técnicas

Gráfico 1.1 Peso do emprego nas administrações públicas na população ativa em países da OCDE, 2008



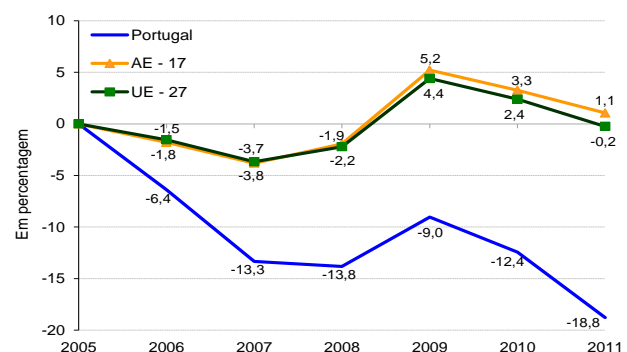
Fontes: OCDE - Government at a Glance 2011; DGAEP/DEEP

Gráfico 1.2 Taxa de feminização nas administrações públicas e na população ativa, 4.º trimestre 2011



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego 2ºT 2012; DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

Gráfico 1.3 Evolução do peso das remunerações nas adm. públicas no PIB: Portugal e UE - Taxa de variação face a 2005 -



Fontes: INE/Eurostat - Contas Nacionais por Sector Institucional; DGAEP/DEEP - ver 6. Notas Técnicas

Gráfico 1.4 Remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, Portugal e UE (ano terminado no trimestre)

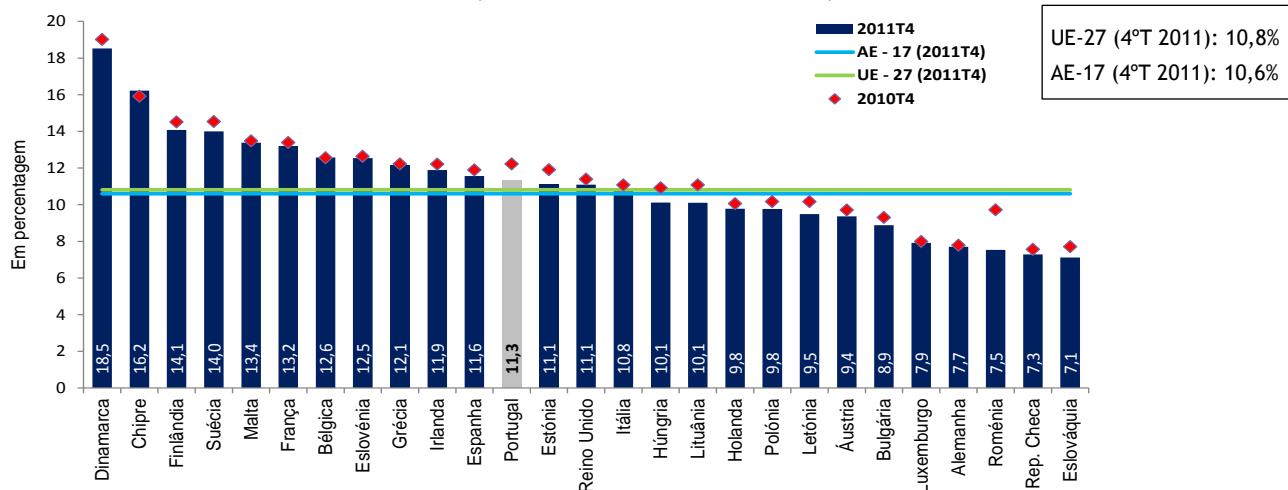
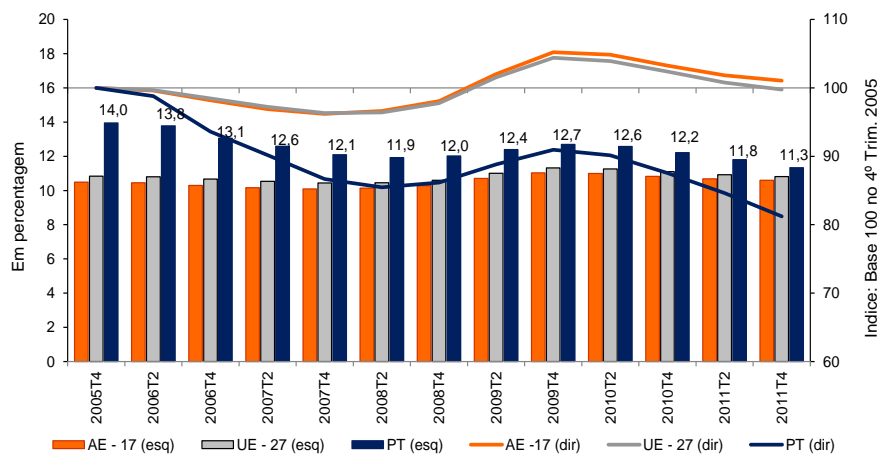
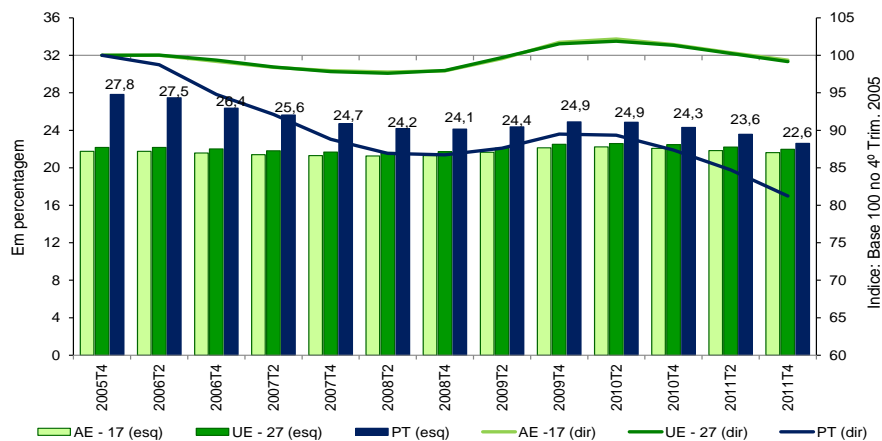


Gráfico 1.5 Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, em Portugal e UE (ano terminado no trimestre)



Segundo as contas nacionais, no ano terminado no 4.º trimestre de 2011, as remunerações das administrações públicas representavam 11,3% do PIB nominal (contra 12,2 % no ano anterior), situando-se 0,5 pontos percentuais (p.p.) acima da média dos países da União Europeia a 27 (UE-27) e 0,7 p.p. acima da média da Área do Euro a 17 (AE-17) (Gráfico 1.4).

Gráfico 1.6 Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem das remunerações totais, em Portugal e UE (ano terminado no trimestre)



Entre o ano de 2005 e o ano terminado no 4.º trimestre de 2011, Portugal registou uma forte quebra nos rácios das remunerações das administrações públicas no PIB e nas remunerações do total da economia (menos 18,8% em ambos os indicadores). Portugal acompanha a tendência de evolução dos países da UE-27 e da AE-17 para estes rácios, embora a quebra registada para os conjuntos destes países tenha sido bastante menos acentuada do que no caso português (Gráficos 1.5 e 1.6).

Fontes: (Gráficos 1.4 a 1.6) INE - Contas Trimestrais por Sector Institucional; Eurostat - Contas Trimestrais por Sector Institucional; Médias móveis simples, correspondente ao ano terminado no trimestre; DGAEP/DEEP - ver 6. Notas Técnicas

Notas: (esq) = escala da esquerda; (dir) = escala da direita

2. Caracterização do emprego nas administrações públicas

2.1 Estrutura etária e escolaridade por subsector e ministério

A maioria dos trabalhadores nas administrações central e local encontra-se na faixa etária dos 45-54 anos de idade, no entanto os trabalhadores das administrações regionais dos Açores e da Madeira situam-se maioritariamente na faixa etária 35-44 anos (Quadro 2.1 e Gráfico 2.1). A idade média estimada dos trabalhadores das administrações públicas é de 44 anos, no entanto se não forem consideradas as forças armadas e de segurança a idade média aumenta para os 45,4 anos de idade (Gráfico 2.2).

Quadro 2.1 Estrutura etária dos trabalhadores por subsector e ministério, 31 dezembro 2011

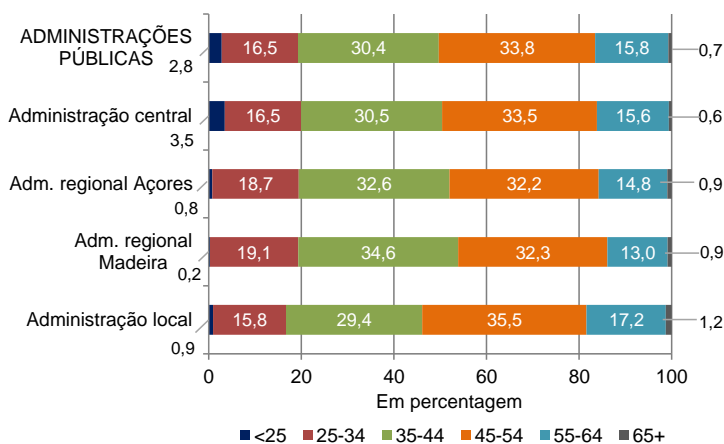
Unidade: Em percentagem

	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total (*)	2,8	16,5	30,4	33,8	15,8	0,7	100,0
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL							
(incluindo Fundos de Seg. Social da Administração Central)	3,5	16,5	30,5	33,5	15,6	0,6	100,0
Estado	4,4	16,9	30,2	34,2	13,9	0,4	100,0
Serviços e Fundos Autónomos	0,5	15,7	31,2	31,3	20,2	1,1	100,0
Fundos de Segurança Social da Administração Central	0,0	7,2	34,4	29,7	28,0	0,6	100,0
Estado, Serviços e Fundos Autónomos e Fundos Segurança Social	3,5	16,4	30,5	33,5	15,5	0,6	100,0
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (a)	0,2	5,2	32,2	41,6	20,0	0,8	100,0
Presidência do Conselho de Ministros	0,2	8,0	30,4	37,4	22,9	1,2	100,0
Ministério da Administração Interna	4,0	30,1	34,9	27,4	3,4	0,1	100,0
Min. da Agric, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	0,0	3,5	21,5	40,6	33,2	1,2	100,0
Ministério da Defesa Nacional	29,8	28,2	16,2	20,1	5,5	0,3	100,0
Ministério da Educação e Ciência	0,5	14,4	31,8	36,3	16,4	0,6	100,0
Ministério da Economia e do Emprego	0,0	6,0	34,9	34,3	23,8	1,0	100,0
Ministério das Finanças	0,1	5,5	30,0	42,5	21,4	0,5	100,0
Ministério da Justiça	0,0	9,4	37,8	40,7	11,8	0,2	100,0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0,4	12,2	26,8	30,4	25,8	4,4	100,0
Ministério da Saúde	0,2	20,6	27,4	26,3	24,7	0,9	100,0
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	0,0	7,1	34,1	29,7	28,2	0,7	100,0
Outras entidades do Sector Empresarial do Estado da AC (b)	0,6	14,8	36,6	35,7	11,9	0,3	100,0
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	1,5	20,6	29,0	32,7	15,6	0,6	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL (*)							
(incluindo Fundos de Seg. Social da Administração Regional)	0,8	16,5	30,3	34,8	16,5	1,2	100,0
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	0,8	18,7	32,6	32,2	14,8	0,9	100,0
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	0,2	19,1	34,6	32,3	13,0	0,9	100,0
ADMINISTRAÇÃO LOCAL (*)	0,9	15,8	29,4	35,5	17,2	1,2	100,0

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

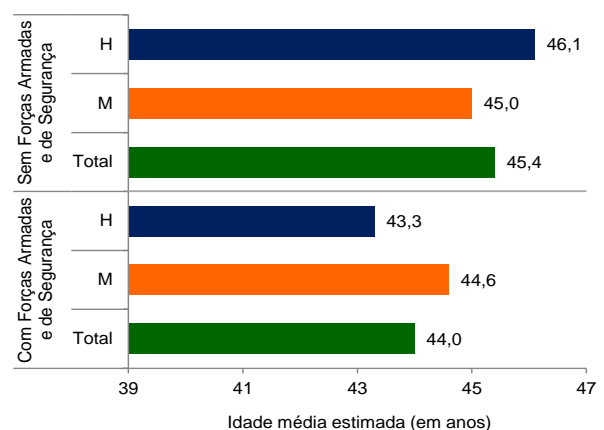
Notas: (*) Administração local: dados provisórios - ver 6. Notas Técnicas

Gráfico 2.1 Estrutura etária por níveis de administração, 31 dezembro 2011



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

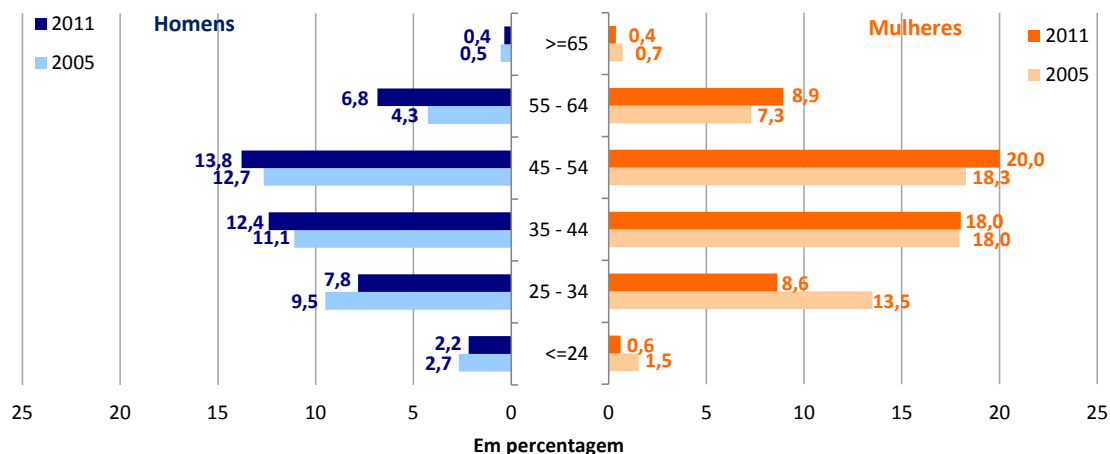
Gráfico 2.2 Idade média estimada dos trabalhadores das adm. públicas (com e sem forças armadas e de segurança), 31 dez. 2011



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

Em 2011 face a 2005, verifica-se uma evolução análoga na distribuição dos trabalhadores por escalões etários para ambos os sexos: uma diminuição acentuada do número de trabalhadores entre os 25 e os 34 anos, mais notória no caso das mulheres (menos 4,9 p.p.) em contraponto com o aumento do número de trabalhadores entre os 45 e os 54 anos (Gráfico 2.3). Neste sentido, observa-se que a idade média das mulheres nas administrações públicas é superior em 1,3 anos de idade em relação aos homens, por efeito da diferença de idades médias verificada para os dois sexos na administração central (3 anos) (Quadro 2.2).

Gráfico 2.3 Pirâmide etária dos trabalhadores nas administrações públicas, 31 dezembro 2005 e 2011



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

Quadro 2.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores por subsector e ministério, 31 dez. 2011

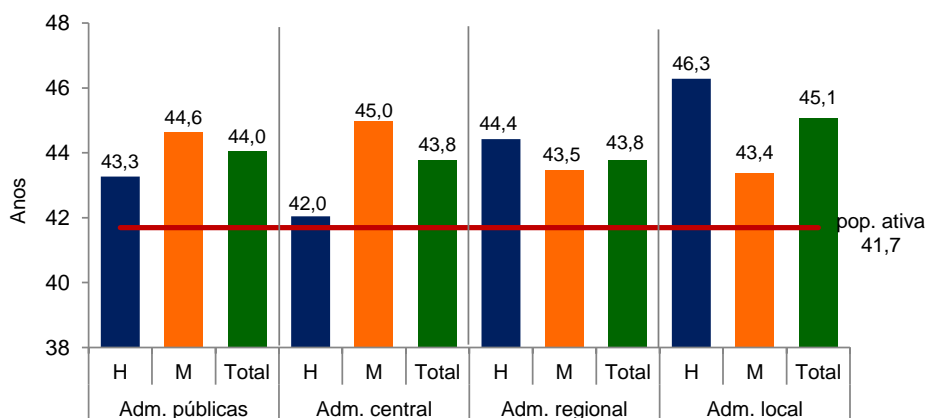
	Idade média estimada (em anos)			Escala modal (em anos)			Índice de renovação (em número)			Índice de juventude (em número)		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total (*)	43,3	44,6	44,0	[45-54]	[45-54]	[45-54]	74,0	34,4	51,6	59,6	47,3	52,4
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	42,0	45,0	43,8	[35-44]	[45-54]	[45-54]	107,2	32,5	59,1	70,5	43,8	53,5
(incluindo Fundos de Seg. Social da Administração Central)												
Estado	41,0	44,9	43,3	[35-44]	[45-54]	[45-54]	153,9	34,3	75,2	80,8	42,4	56,1
Serviços e Fundos Autónomos	45,6	44,9	45,2	[45-54]	[35-44]	[45-54]	24,7	31,3	28,6	43,0	49,0	46,6
Fundos de Segurança Social da Administração Central	47,5	47,3	47,3	[35-44]	[35-44]	[35-44]	1,9	2,9	2,7	37,7	33,6	34,4
Estado, Serviços e Fundos Autónomos e Fundos Segurança Social	42,0	45,0	43,8	[35-44]	[45-54]	[45-54]	108,1	31,9	59,1	70,7	43,5	53,4
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (a)	48,3	46,7	47,3	[45-54]	[45-54]	[45-54]	3,4	9,5	6,6	17,6	24,3	21,6
Presidência do Conselho de Ministros	47,4	47,2	47,2	[45-54]	[45-54]	[45-54]	8,2	7,9	8,0	29,2	26,9	27,7
Ministério da Administração Interna	38,9	41,5	39,1	[35-44]	[45-54]	[35-44]	723,1	133,9	506,0	115,6	84,8	112,0
Min. da Agric, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	50,9	49,3	50,1	[45-54]	[45-54]	[45-54]	0,8	2,4	1,6	10,8	15,8	13,5
Ministério da Defesa Nacional	33,5	37,1	34,2	< 25	[25-34]	< 25	1613,6	275,4	846,1	198,0	149,0	186,5
Ministério da Educação e Ciência	45,5	44,9	45,1	[45-54]	[45-54]	[45-54]	20,3	26,9	24,9	43,8	43,4	43,5
Ministério da Economia e do Emprego	48,4	46,6	47,3	[45-54]	[35-44]	[35-44]	3,3	4,9	4,2	24,0	28,5	26,9
Ministério das Finanças	47,3	47,9	47,7	[45-54]	[45-54]	[45-54]	2,6	2,0	2,3	32,3	24,0	27,3
Ministério da Justiça	43,8	46,1	45,0	[35-44]	[45-54]	[45-54]	22,1	7,6	13,6	55,9	29,1	40,5
Ministério dos Negócios Estrangeiros	48,7	47,1	47,7	[45-54]	[45-54]	[45-54]	12,8	15,4	14,3	29,0	36,1	33,1
Ministério da Saúde	45,7	44,8	45,0	[55-64]	[35-44]	[35-44]	33,6	36,7	35,8	53,8	54,8	54,6
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	47,4	47,4	47,4	[35-44]	[35-44]	[35-44]	2,2	2,8	2,7	37,8	32,8	33,8
Outras entidades do Sector Empresarial do Estado da AC (b)	44,4	42,7	43,9	[45-54]	[35-44]	[35-44]	32,9	63,4	41,1	44,7	66,4	50,5
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	44,5	43,4	43,7	[45-54]	[45-54]	[45-54]	41,9	62,0	56,0	49,0	59,5	56,4
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL (*)	46,0	43,4	44,8	[45-54]	[35-44]	[45-54]	23,3	44,5	30,7	39,5	61,7	49,2
(incluindo Fundos de Seg. Social da Administração Regional)												
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	44,9	43,4	43,9	[45-54]	[35-44]	[35-44]	25,9	49,3	39,1	48,1	61,4	56,4
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	43,9	43,5	43,6	[45-54]	[35-44]	[35-44]	26,9	34,5	32,0	59,7	61,3	60,8
ADMINISTRAÇÃO LOCAL (*)	46,3	43,4	45,1	[45-54]	[35-44]	[45-54]	22,9	45,9	29,7	37,6	61,9	46,8

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

Notas: (*) Administração local: dados provisórios - ver 6. Notas Técnicas

A idade média estimada em todos os subsectores das administrações públicas é superior à da população ativa, apresentando o valor mais elevado na administração local (Gráfico 2.4).

Gráfico 2.4 Idade média dos trabalhadores nas administrações públicas em comparação com a população ativa, 4.º trimestre 2011



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego 2ºT 2012; DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

Todos os subsectores das administrações públicas apresentam um índice de juventude inferior a 100, isto é, o número de trabalhadores com menos de 40 anos é inferior ao número de trabalhadores com 40 e mais anos de idade. O indicador é particularmente baixo na administração local para a qual a idade média é também mais elevada: por cada 100 trabalhadores com mais de 40 anos existem apenas 46,8 trabalhadores com menos de 40 anos de idade (Quadro 2.2 e Gráfico 2.5).

A renovação dos trabalhadores nos subsectores das administrações públicas é reduzida: por cada 100 trabalhadores com idades compreendidas entre os 55 anos e os 64 anos existem apenas 51,6 trabalhadores com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos. Este índice de renovação reduz-se para 23,4 quando não considerados os trabalhadores das Forças Armadas e de Segurança com maior número de jovens (Quadros 2.2, 2.4 e Gráfico 2.6).

Gráfico 2.5 Índice de juventude dos trabalhadores das adm. públicas (com e sem forças armadas e de segurança), 31 dez. 2011

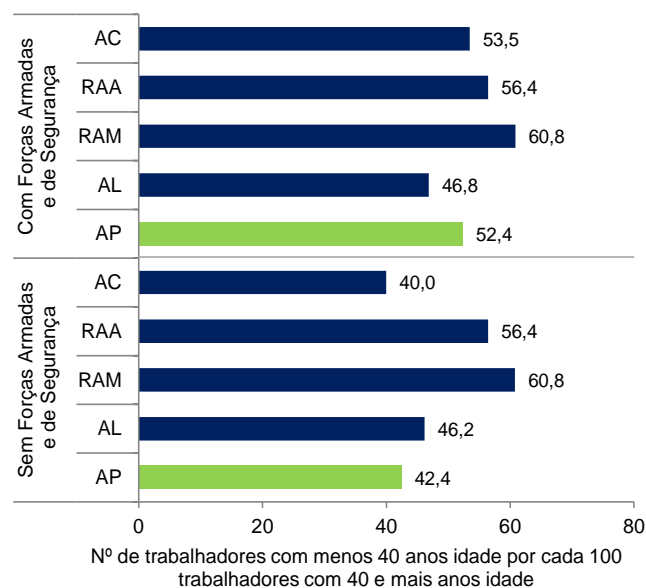
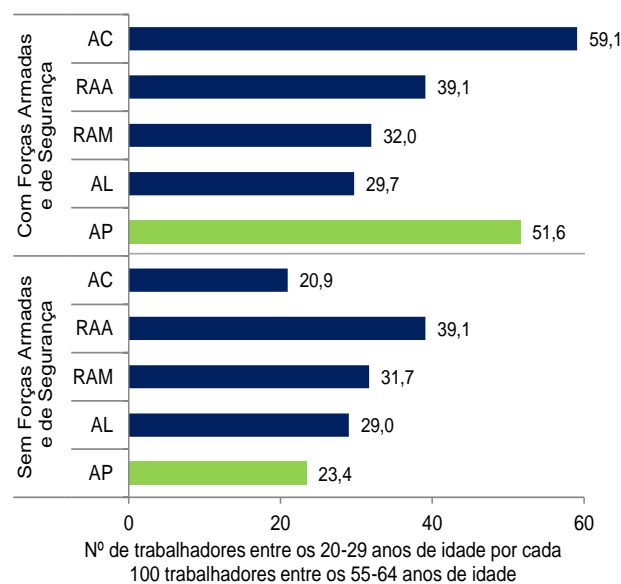


Gráfico 2.6 Índice de renovação dos trabalhadores das adm. públicas (com e sem forças armadas e de segurança), 31 dez. 2011



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGA EP/DEEP

Notas: Cálculo dos índices - ver 6. Notas Técnicas

No Ministério da Educação e Ciência, 74,1% dos trabalhadores têm níveis de escolaridade de ensino superior, logo seguido do Ministério da Saúde (60,4%). Ainda assim, nas administrações públicas mais de 174 mil postos de trabalho estão ocupados com trabalhadores que possuem apenas o ensino básico, com peso mais significativo na administração local: 52,5% (Quadro 2.3). O nível de tecnicidade do emprego nas administrações públicas é elevado: 47,4% dos trabalhadores possuem habilitações de nível do ensino superior, 29,3 pontos percentuais acima da média para a população ativa. Este indicador assume para as mulheres um valor bastante acima do verificado para os homens, 56,7% e 35,2% respetivamente (Gráfico 2.7).

Quadro 2.3 Emprego por subsector e ministério segundo o nível de escolaridade, 31 dezembro 2011

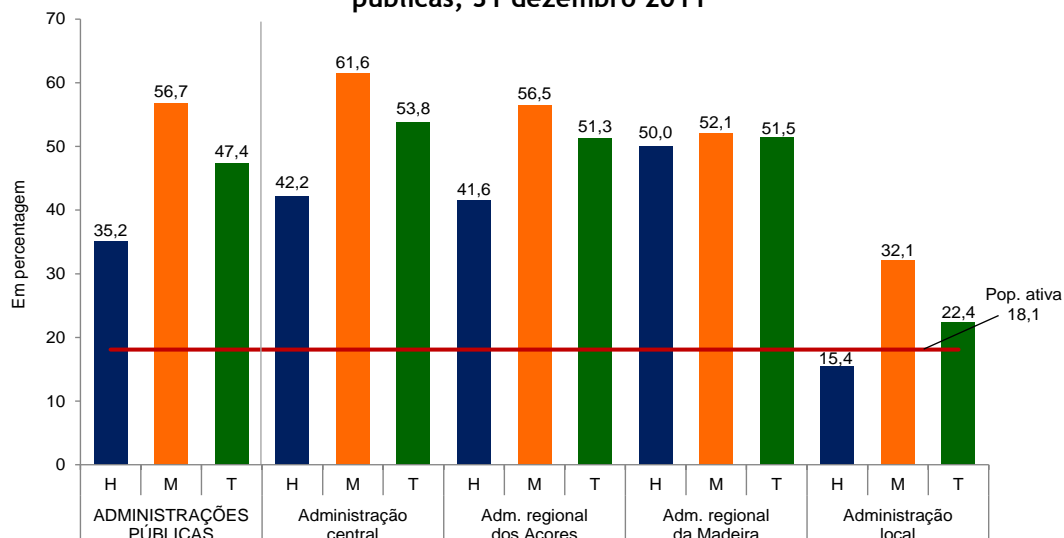
Unidade: postos de trabalho

	Ensino básico		Ensino secundário		Ensino superior			Total	Estrutura (%)			
	Até ao 2.º ciclo	3.º ciclo	11.º ano	12.º ano ou equiv.	Bachar.	Licenc.	Mestre e Doutor		Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total (*)	93 395	80 872	32 629	116 222	19 196	235 075	36 463	613 852	28,4	24,2	47,4	100,0
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (incluindo Fundos de Seg. Social da Administração Central)	40 503	58 432	25 756	87 199	16 325	195 522	34 544	458 281	21,6	24,6	53,8	100,0
Estado	29 909	44 033	19 640	65 476	12 227	146 229	26 311	343 825	21,5	24,8	53,7	100,0
Serviços e Fundos Autónomos	8 350	12 155	5 450	18 150	3 440	41 222	7 316	96 083	21,3	24,6	54,1	100,0
Fundos de Segurança Social da Administração Central	922	1 176	563	1 849	413	5 033	772	10 728	19,6	22,5	58,0	100,0
Estado, Serviços e Fundos Autónomos e Fundos Seg. Social	39 181	57 364	25 653	85 475	16 080	192 484	34 399	450 636	21,4	24,7	53,9	100,0
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (a)	507	1 509	4 935	1 518	76	4 772	99	13 416	15,0	48,1	36,9	100,0
Presidência do Conselho de Ministros	371	660	233	1 145	70	1 778	324	4 581	22,5	30,1	47,4	100,0
Ministério da Administração Interna	6 401	14 238	5 751	19 210	150	2 239	678	48 667	42,4	51,3	6,3	100,0
Min. da Agric, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	1 552	1 167	492	1 707	567	4 029	506	10 020	27,1	21,9	50,9	100,0
Ministério da Defesa Nacional	3 407	12 065	2 744	15 407	1 227	5 995	617	41 462	37,3	43,8	18,9	100,0
Ministério da Educação e Ciência	18 492	16 799	2 911	23 009	9 969	134 769	30 046	235 995	15,0	11,0	74,1	100,0
Ministério da Economia e do Emprego	553	781	603	1 905	230	4 460	599	9 131	14,6	27,5	57,9	100,0
Ministério das Finanças	446	928	2 103	4 157	646	5 273	207	13 760	10,0	45,5	44,5	100,0
Ministério da Justiça	1 728	2 884	2 122	5 230	282	3 858	160	16 264	28,4	45,2	26,4	100,0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	413	381	211	665	120	1 658	183	3 631	21,9	24,1	54,0	100,0
Ministério da Saúde	3 188	2 906	1 711	5 140	2 288	16 849	572	32 654	18,7	21,0	60,4	100,0
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	873	920	1 584	3 300	199	4 353	230	11 459	15,6	42,6	41,7	100,0
Outras entidades do Sector Empresarial do Estado da AC (b)	1 250	2 126	253	3 082	256	2 451	178	9 596	35,2	34,8	30,1	100,0
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	1 322	1 068	103	1 724	245	3 038	145	7 645	31,3	23,9	44,8	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL (*) (incluindo Fundos de Seg. Social da Administração Regional)	52 892	22 440	6 873	29 023	2 871	39 553	1 919	155 571	48,4	23,1	28,5	100,0
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	3 634	1 693	674	1 426	541	6 989	290	15 247	34,9	13,8	51,3	100,0
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	3 953	1 555	622	2 368	516	8 071	427	17 512	31,5	17,1	51,5	100,0
ADMINISTRAÇÃO LOCAL (*)	45 305	19 192	5 577	25 229	1 814	24 493	1 202	122 812	52,5	25,1	22,4	100,0

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

Notas: (*) Administração local: dados provisórios - ver 6. Notas Técnicas

Gráfico 2.7 Peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administrações públicas, 31 dezembro 2011



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

2.2 Estrutura etária e escolaridade por cargo, carreira e grupo

O escalão etário dos 45 aos 54 anos é o mais representativo dos trabalhadores das administrações públicas, sendo as carreiras de assistente operacional e de docente do ensino básico e secundário as que mais contribuem (Quadro 2.4). As Forças Armadas, bombeiros, dirigentes superiores e oficiais de justiça apresentam as diferenças mais significativas entre os trabalhadores com idade inferior e superior a 40 anos (Gráfico 2.8).

Quadro 2.4 Estrutura etária dos trabalhadores por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2011

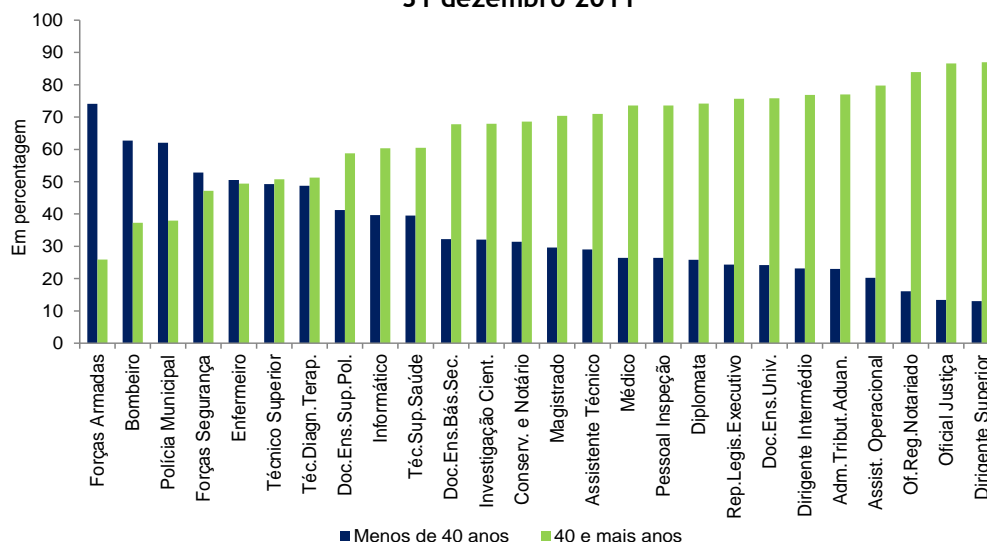
Unidade: Em percentagem

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total (*)							ADMINISTRAÇÃO CENTRAL							ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL (*)						
	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total
	Total	2,8	16,5	30,4	33,8	15,8	0,7	100,0	3,5	16,5	30,5	33,5	15,5	0,6	100,0	0,8	16,4	30,3	34,8	16,5	1,2
Representante do poder legislativo (a)	0,4	10,8	26,4	29,1	24,8	8,4	100,0	0,0	5,8	36,5	38,5	17,3	1,9	100,0	0,4	10,9	26,2	29,0	24,9	8,5	100,0
Dirigente superior	0,0	3,2	23,5	36,6	32,9	3,7	100,0	0,0	1,5	20,3	38,4	35,9	3,9	100,0	0,0	7,1	30,8	32,6	26,2	3,3	100,0
Dirigente intermédio	0,0	5,2	38,8	36,1	19,4	0,4	100,0	0,0	3,6	35,8	37,0	23,2	0,4	100,0	0,0	7,5	43,3	34,9	14,0	0,3	100,0
Técnico Superior	0,6	25,9	40,1	21,9	11,1	0,3	100,0	0,8	24,2	37,4	23,4	13,7	0,4	100,0	0,3	28,5	44,4	19,5	7,2	0,2	100,0
Assistente técnico/administrativo (b)	0,5	13,2	30,6	35,8	19,4	0,5	100,0	0,4	10,7	28,2	34,9	25,2	0,6	100,0	0,6	16,8	34,0	37,2	10,9	0,4	100,0
Assist. operacional/operer./auxiliar (c)	0,8	9,3	22,6	41,0	24,5	1,8	100,0	0,7	8,4	23,3	40,8	24,9	1,9	100,0	0,9	10,1	21,9	41,1	24,1	1,8	100,0
Informático	0,4	18,0	41,1	28,7	11,7	0,2	100,0	0,1	11,7	40,2	31,2	16,6	0,2	100,0	0,8	27,9	42,6	24,7	3,9	0,1	100,0
Magistrado	0,0	12,2	36,8	30,3	19,3	1,3	100,0	0,0	12,2	36,8	30,3	19,3	1,3	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Diplomata	0,8	15,1	22,0	29,8	23,9	8,3	100,0	0,8	15,1	22,0	29,8	23,9	8,3	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal de Investigação Científica	0,1	9,1	43,5	29,8	16,6	1,0	100,0	0,1	9,1	43,4	29,8	16,6	1,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Docente Ensino Universitário	1,2	10,3	29,6	35,9	20,8	2,1	100,0	1,2	10,3	29,6	35,9	20,8	2,1	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Docente Ensino Superior Politécnico	1,1	21,0	37,5	28,5	11,2	0,8	100,0	1,1	21,0	37,5	28,5	11,2	0,8	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Educ. Infância e Doc. E. Básico/Secund	0,2	15,2	34,3	36,3	13,8	0,2	100,0	0,2	14,0	33,8	37,4	14,4	0,2	100,0	0,4	28,3	39,9	24,3	6,9	0,2	100,0
Pessoal de Inspeção	0,0	9,7	35,9	32,4	21,7	0,3	100,0	0,0	9,6	35,8	31,8	22,7	0,2	100,0	0,0	10,2	36,9	36,9	14,6	1,5	100,0
Médico	0,0	20,3	11,1	21,2	46,2	1,1	100,0	0,0	20,2	11,1	21,3	46,3	1,1	100,0	0,7	26,4	12,8	15,5	43,2	1,4	100,0
Enfermeiro	0,4	31,6	36,1	25,2	6,4	0,3	100,0	0,3	30,6	36,7	25,7	6,5	0,2	100,0	1,9	49,2	26,3	16,9	4,5	1,1	100,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	1,3	29,6	33,1	21,6	14,2	0,2	100,0	1,4	29,3	33,9	20,4	14,9	0,3	100,0	0,6	33,1	23,8	35,5	7,0	0,0	100,0
Técnico Superior de Saúde	0,1	15,6	43,9	30,2	9,8	0,4	100,0	0,1	15,9	43,5	30,3	9,8	0,4	100,0	0,0	0,0	66,7	25,0	8,3	0,0	100,0
Administração Tributária e Aduaneira	0,0	5,7	31,1	45,2	17,9	0,1	100,0	0,0	5,3	31,2	45,3	18,1	0,1	100,0	1,2	25,0	25,6	39,5	8,7	0,0	100,0
Conservador e Notário	0,0	4,8	51,8	26,7	16,6	0,1	100,0	0,0	4,9	51,3	27,1	16,5	0,1	100,0	0,0	0,0	71,4	7,1	21,4	0,0	100,0
Oficial dos Registos e do Notariado	0,0	3,2	32,5	56,3	7,9	0,0	100,0	0,0	3,0	32,3	56,8	7,9	0,0	100,0	0,0	9,1	40,9	40,0	10,0	0,0	100,0
Oficial de Justiça	0,3	2,1	32,0	47,4	18,1	0,1	100,0	0,3	2,1	32,0	47,4	18,1	0,1	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Forças Armadas	35,8	31,9	15,0	16,5	0,9	0,0	100,0	35,8	31,9	15,0	16,5	0,9	0,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Forças de segurança	3,7	29,3	36,4	27,4	3,2	0,0	100,0	3,7	29,4	36,4	27,4	3,2	0,0	100,0	0,0	16,0	40,7	37,0	6,2	0,0	100,0
Bombeiro	8,3	32,9	34,0	22,5	2,4	0,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-	8,3	32,9	34,0	22,5	2,4	0,0	100,0
Polícia Municipal (d)	2,0	38,5	33,4	22,7	3,5	0,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-	2,0	38,5	33,4	22,7	3,5	0,0	100,0

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

Notas: (*) Administração local: dados provisórios - ver 6. Notas técnicas relativas a tratamento dos dados; (a) inclui representantes do poder legislativo e de órgãos executivos; (b) inclui pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros - administrativo; (c) inclui pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros - operacional e aprendizes e praticantes; (d) inclui pessoal da carreira especial da Polícia de Segurança Pública (PSP) integrado na Polícia Municipal.

Gráfico 2.8 Distribuição do peso dos trabalhadores com menos de 40 anos e com 40 e mais anos, 31 dezembro 2011



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

Apenas os trabalhadores inseridos nas carreiras das Forças Armadas têm como escalão modal “menor de 25 anos”, em oposição aos médicos e dirigentes superiores para os quais o escalão de maior frequência é entre os “55 e os 64 anos” (Quadro 2.5). Os dirigentes superiores apresentam a idade média estimada mais elevada, acima dos 50 anos de idade (Quadro 2.5 e Gráfico 2.9).

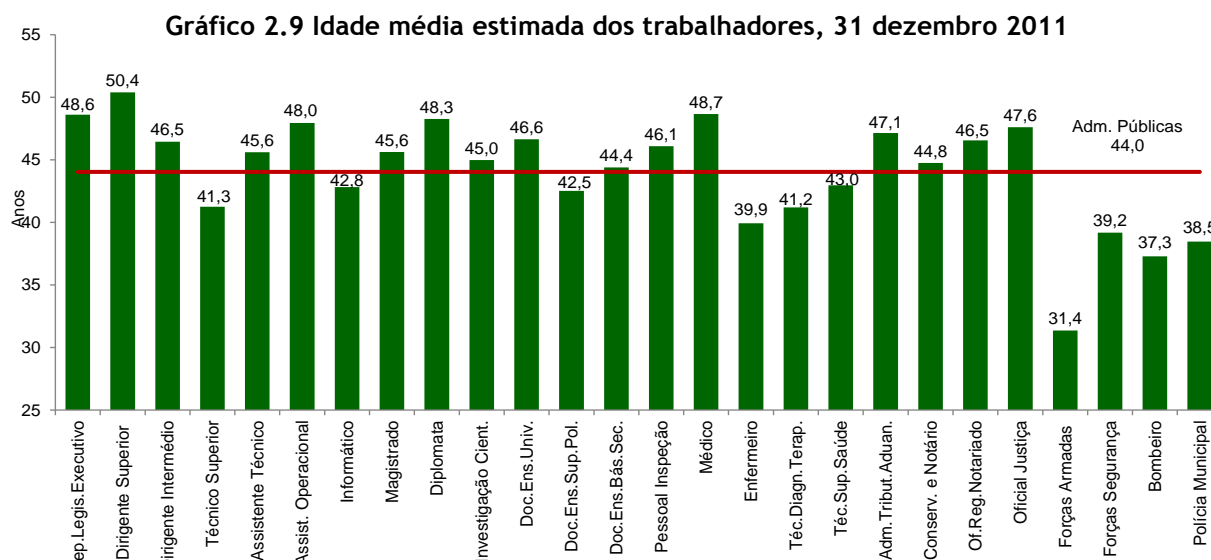
Quadro 2.5 Principais indicadores de idade dos trabalhadores nas administrações públicas, 31 dez. 2011

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total (*)											
	Idade média estimada (em anos)			Escalão modal (em anos)			Índice de renovação (em número)			Índice de juventude (em número)		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Total	43,3	44,6	44,0	[45-54]	[45-54]	[45-54]	74,0	34,4	51,6	59,6	47,3	52,4
Representantes do poder legislativo (a)	50,3	43,4	48,6	[45-54]	[45-54]	[45-54]	7,0	51,9	13,1	23,9	67,6	32,2
Dirigente superior	51,4	48,4	50,4	[55-64]	[55-64]	[55-64]	2,0	0,8	1,7	12,8	19,6	15,0
Dirigente intermédio	47,5	45,6	46,5	[45-54]	[45-54]	[45-54]	0,8	1,6	1,2	25,3	34,6	30,1
Técnico Superior	42,7	40,5	41,3	[35-44]	[35-44]	[35-44]	41,1	100,5	70,5	79,0	107,8	97,0
Assistente técnico/administrativo (b)	45,2	45,8	45,6	[45-54]	[45-54]	[45-54]	27,7	18,1	20,7	46,7	38,9	40,9
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	48,1	47,8	48,0	[45-54]	[45-54]	[45-54]	13,7	15,2	14,5	24,4	26,2	25,4
Informático	41,3	45,9	42,8	[35-44]	[35-44]	[35-44]	61,9	7,1	37,8	90,3	30,6	65,7
Magistrado	49,5	42,7	45,6	[45-54]	[45-54]	[45-54]	1,3	13,0	4,8	19,3	66,0	42,1
Diplomata	50,7	42,9	48,3	[45-54]	[45-54]	[45-54]	13,9	58,8	22,5	23,1	70,6	34,8
Pessoal de Investigação Científica	44,9	45,0	45,0	[35-44]	[35-44]	[35-44]	10,0	6,9	8,5	50,8	43,7	47,2
Docente Ensino Universitário	47,4	45,5	46,6	[45-54]	[45-54]	[45-54]	15,9	26,5	19,7	26,9	39,7	31,9
Docente Ensino Superior Politécnico	43,4	41,5	42,5	[35-44]	[35-44]	[35-44]	43,1	97,6	63,6	60,2	82,8	70,2
Educ. Infância e Doc. E. Básico/Secund.	44,8	44,3	44,4	[35-44]	[35-44]	[35-44]	17,2	25,3	22,8	49,1	47,1	47,6
Pessoal de Inspeção	47,8	44,3	46,1	[45-54]	[45-54]	[45-54]	1,6	9,8	4,5	27,6	45,4	35,9
Médico	51,2	47,1	48,7	[55-64]	[55-64]	[55-64]	14,3	33,0	24,4	24,1	44,6	35,9
Enfermeiro	39,7	40,0	39,9	[25-34]	[25-34]	[25-34]	257,9	233,3	237,1	106,7	101,5	102,2
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	42,7	40,8	41,2	[25-34]	[25-34]	[25-34]	78,9	109,0	101,6	72,8	101,6	95,1
Técnico Superior de Saúde	43,2	42,9	43,0	[35-44]	[35-44]	[35-44]	16,7	38,2	34,3	59,4	66,4	65,3
Administração Tributária e Aduaneira	47,1	47,2	47,1	[45-54]	[45-54]	[45-54]	1,0	1,7	1,3	33,4	27,1	29,9
Conservador e Notário	48,0	44,1	44,8	[35-44]	[35-44]	[35-44]	0,0	0,0	0,0	25,3	50,9	45,7
Oficial dos Registos e do Notariado	46,2	46,6	46,5	[45-54]	[45-54]	[45-54]	0,0	1,0	0,8	22,0	18,7	19,2
Oficial de Justiça	47,3	47,8	47,6	[45-54]	[45-54]	[45-54]	5,6	11,1	8,8	17,3	14,4	15,5
Forças Armadas	32,2	26,2	31,4	< 25	< 25	< 25	5 236,6	-	6 433,6	237,7	-	286,4
Forças de segurança	39,3	38,1	39,2	[35-44]	[35-44]	[35-44]	491,4	633,8	502,4	109,8	139,2	111,9
Bombeiro	37,4	35,6	37,3	[35-44]	[35-44]	[35-44]	794,2	650,0	788,9	165,8	273,7	168,2
Polícia Municipal (d)	39,8	33,5	38,5	[35-44]	[35-44]	[35-44]	257,1	2 650,0	365,9	122,2	746,9	163,7

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

Notas: (*) Administração local: dados provisórios - ver Notas Quadro 2.4; ver 6. Notas técnicas relativas a tratamento dos dados.

(-) Valor sem expressão estatística dada a relação muito elevada entre o numerador e o denominador - ver Notas técnicas relativas a conceitos



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

Em dezembro de 2011, metade das carreiras consideradas englobam trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior acima dos 90%, destacando-se os magistrados, os diplomatas, o pessoal de investigação científica e os médicos (100,0%); em contrapartida, os assistentes operacionais, operários e auxiliares, uma das carreiras com maior representatividade no emprego nas administrações públicas, detêm 80,7% dos trabalhadores com o ensino básico (Quadro 2.6). Os trabalhadores integrados nas carreiras de investigação científica e de docente do ensino universitário são os que apresentam um maior peso de doutorados em relação aos restantes níveis de ensino superior, 86,8% e 67,2%, respetivamente (Gráfico 2.10).

Quadro 2.6 Emprego por cargo, carreira e grupo segundo o nível de escolaridade, 31 dezembro 2011

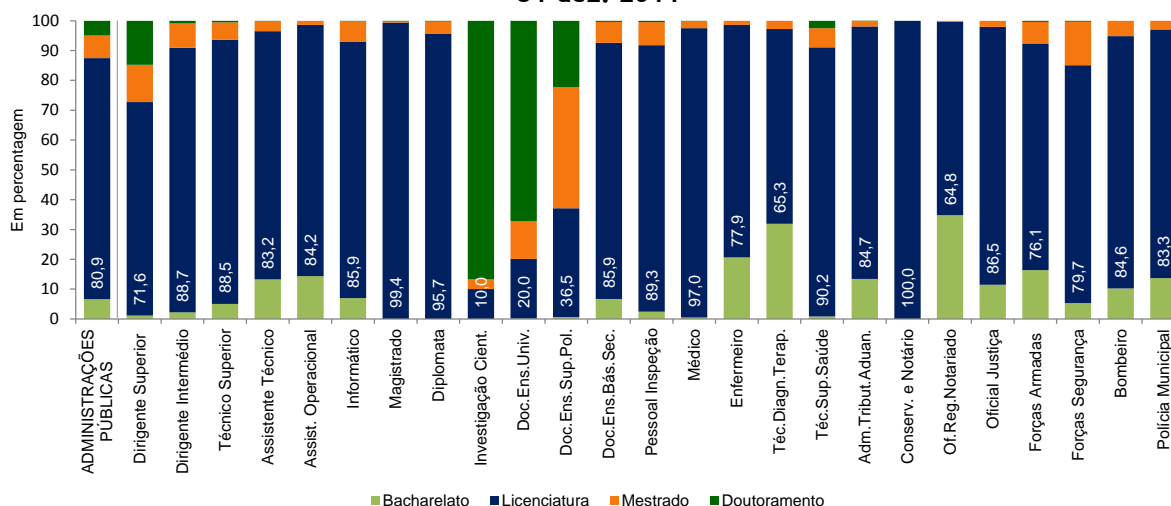
Unidade: postos de trabalho

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total (*)											
	Ensino básico		Ensino secundário		Ensino Superior			Total	Estrutura (%)			
	Até ao 2.º ciclo	3.º ciclo	11.º ano	12.º ano ou equiv.	Bachar.	Licenc.	Mestre e Doutor		Ensino básico	Ensino secundário	Ensino superior	Total
Total	93 395	80 872	32 629	116 222	19 196	235 075	36 463	613 852	28,4	24,3	47,4	100,0
Representantes do poder legislativo (a)	353	422	108	587	142	1 437	94	3 143	24,7	22,1	53,2	100,0
Dirigente superior	2	11	5	18	16	1 018	388	1 458	0,9	1,6	97,5	100,0
Dirigente intermédio	17	149	205	463	199	7 817	800	9 650	1,7	6,9	91,4	100,0
Técnico Superior	51	343	382	1 639	2 565	44 977	3 262	53 219	0,7	3,8	95,5	100,0
Assistente técnico/administrativo (b)	3 765	15 397	11 063	44 331	1 137	7 127	299	83 119	23,1	66,6	10,3	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	80 047	33 863	3 503	22 317	214	1 256	21	141 221	80,7	18,3	1,1	100,0
Informático	19	201	445	1 978	138	1 703	141	4 625	4,8	52,4	42,9	100,0
Magistrado	0	0	0	0	0	3 781	24	3 805	0,0	0,0	100,0	100,0
Diplomata	0	0	0	0	0	356	16	372	0,0	0,0	100,0	100,0
Pessoal de Investigação Científica	0	0	0	0	0	1 178	1 596	1 774	0,0	0,0	100,0	100,0
Docente Ensino Universitário	0	0	0	56	17	2 779	11 079	13 931	0,0	0,4	99,6	100,0
Docente Ensino Superior Politécnico	6	10	2	66	62	3 504	6 044	9 694	0,2	0,7	99,1	100,0
Educ. Infância e Doc. E. Básico/Secund.	17	111	39	769	10 112	128 897	11 059	151 004	0,1	0,5	99,4	100,0
Pessoal de Inspeção	8	67	111	164	34	1 240	114	1 738	4,3	15,8	79,9	100,0
Médico	0	0	0	0	37	7 259	188	7 484	0,0	0,0	100,0	100,0
Enfermeiro	43	103	130	578	1 815	6 846	122	9 637	1,5	7,4	91,1	100,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	32	93	62	169	579	1 186	50	2 171	5,8	10,6	83,6	100,0
Técnico Superior de Saúde	0	0	0	1	6	618	61	686	0,0	0,2	99,9	100,0
Administração Tributária e Aduaneira	25	425	1 790	3 234	599	3 770	84	9 927	4,5	50,6	44,9	100,0
Conservador e Notário	0	0	1	0	0	681	0	682	0,0	0,2	99,9	100,0
Oficial dos Registos e do Notariado	83	656	936	2 396	173	322	2	4 568	16,2	72,9	10,9	100,0
Oficial de Justiça	122	1 290	4 930	1 211	62	469	11	8 095	17,4	75,9	6,7	100,0
Forças Armadas	997	10 620	2 342	13 858	1 094	5 090	508	34 509	33,7	46,9	19,4	100,0
Forças de segurança	7 211	15 868	6 367	21 041	177	2 646	495	53 805	42,9	50,9	6,2	100,0
Bombeiro	467	1 035	121	602	4	33	2	2 264	66,3	31,9	1,7	100,0
Polícia Municipal	130	208	87	744	14	85	3	1 271	26,6	65,4	8,0	100,0

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

Notas: (*) Administração local: dados provisórios - ver Notas Quadro 2.4; ver 6. Notas técnicas relativas a tratamento dos dados.

Gráfico 2.10 Distribuição por grau de escolaridade dos trabalhadores com habilitação de ensino superior, 31 dez. 2011



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

3. Remunerações médias mensais nas administrações públicas

Segundo os dados do 4.º trimestre de 2011, 90,0% do emprego nas administrações públicas concentra-se nas atividades de “Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória” (Secção O) e de “Educação” (Secção P). As “Atividades de informação e comunicação” (Secção J) e “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” (Secção M) apresentam os valores mais elevados ao nível da remuneração de base e do ganho médios mensais. No entanto, o peso do emprego nestas atividades nas administrações públicas é pouco significativo, 0,4% e 0,7%, respetivamente. A remuneração de base e o ganho médios mensais com valores mais baixos são auferidos pelos trabalhadores nas “Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas” (Secção R), com 1 103,8 euros e 1 282,8 euros, respetivamente (Quadro 3.1 e Gráfico 3.1).

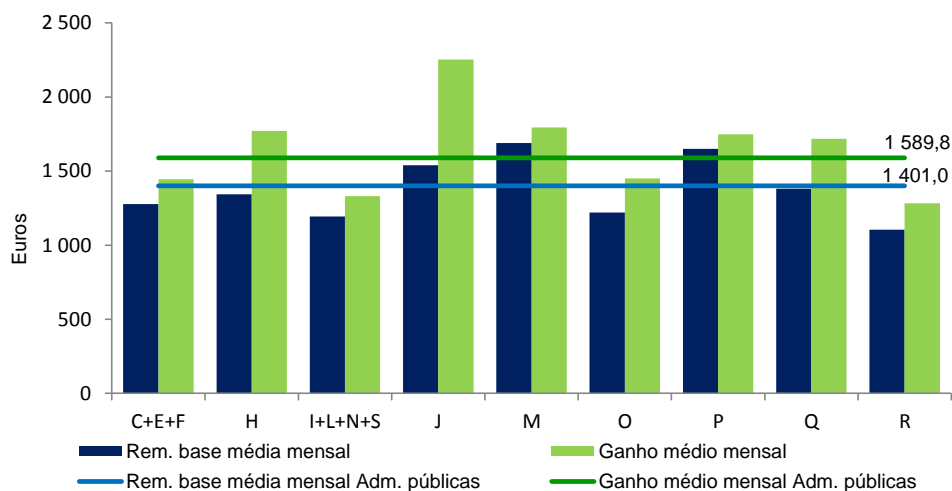
Quadro 3.1 Emprego total e remunerações dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas por classificação de atividade económica (CAE), 4.º trimestre 2011

Unidade: postos de trabalho e euros

CAE rev.3	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total (*)				ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL (*)			
	31 dez 2011		outubro 2011		31 dez 2011		outubro 2011		31 dez 2011		outubro 2011	
	N.º	Peso %	Remun. base média mensal	Ganho médio mensal	N.º	Peso %	Remun. base média mensal	Ganho médio mensal	N.º	Peso %	Remun. base média mensal	Ganho médio mensal
Total	613 852	100,0	1 401,0	1 589,8	458 281	100,0	1 540,5	1 742,2	155 571	100,0	1 001,6	1 153,3
C+E+F	819	0,1	1 277,0	1 445,1	611	0,1	1 298,0	1 425,4	208	0,1	1 214,8	1 503,6
H	5 047	0,8	1 343,6	1 770,7	4 501	1,0	1 394,4	1 844,7	546	0,4	869,4	1 079,7
I+L+N+S	1 251	0,2	1 194,3	1 331,7	35	0,0	1 261,7	1 457,4	1 216	0,8	1 191,6	1 326,7
J	2 355	0,4	1 540,2	2 253,7	2 281	0,5	1 551,8	2 270,5	74	0,0	1 142,0	1 676,6
M	4 135	0,7	1 689,6	1 794,6	3 712	0,8	1 754,6	1 850,7	423	0,3	1 095,2	1 281,2
O	306 922	50,0	1 221,3	1 450,3	174 789	38,1	1 429,5	1 716,0	132 133	84,9	938,9	1 090,0
das quais:												
Administração pública em geral, económica e social	174 961	28,5	1 107,9	1 263,9	44 372	9,7	1 597,2	1 768,6	130 589	83,9	938,7	1 089,4
Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	119 723	19,5	1 385,4	1 727,4	119 630	26,1	1 385,5	1 727,5	93	0,1	1 313,3	1 576,6
Atividades de segurança social obrigatória	12 238	2,0	1 198,8	1 340,1	10 787	2,4	1 233,7	1 371,6	1 451	0,9	940,5	1 107,0
P	248 731	40,5	1 649,6	1 748,1	231 343	50,5	1 664,8	1 761,2	17 388	11,2	1 461,6	1 585,7
das quais:												
Educação	209 177	34,1	1 568,5	1 667,9	192 343	42,0	1 577,0	1 674,0	16 834	10,8	1 477,1	1 601,1
das quais:												
Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	36 295	5,9	2 232,9	2 322,4	36 295	7,9	2 232,9	2 322,4	0	0,0	-	-
Ensino superior	3 259	0,5	1 211,8	1 343,3	2 705	0,6	1 256,2	1 389,0	554	0,4	1 018,9	1 145,2
Outras atividades educativas	40 798	6,6	1 381,6	1 717,2	39 058	8,5	1 388,5	1 721,9	1 740	1,1	1 217,8	1 607,3
Q	30 086	4,9	1 476,3	1 889,7	28 360	6,2	1 491,6	1 906,3	1 726	1,1	1 215,5	1 607,1
das quais:												
Atividades de saúde humana	10 712	1,7	1 123,3	1 247,0	10 698	2,3	1 122,8	1 246,5	14	0,0	1 478,9	1 632,8
Ativ. de apoio social com e sem alojamento	3 794	0,6	1 103,8	1 282,8	1 951	0,4	1 297,6	1 460,7	1 843	1,2	894,8	1 091,0
R	978	0,2	1 330,9	1 657,0	469	0,1	1 623,4	1 989,8	509	0,3	1 050,5	1 338,0
das quais:												
Ativ. de teatro, música, dança e outras artísticas e literárias	1 705	0,3	1 183,4	1 283,0	1 459	0,3	1 191,6	1 284,8	246	0,2	1 132,4	1 272,2
Ativ. das bibliotecas, arquivos, museus e outras ativ. culturais	1 111	0,2	775,9	942,1	23	0,0	1 037,1	1 261,4	1 088	0,7	770,2	935,2
Atividades desportivas, de diversão e recreativas												

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

Gráfico 3.1 Remuneração e ganho médio mensal por CAE nas administrações públicas, outubro 2011

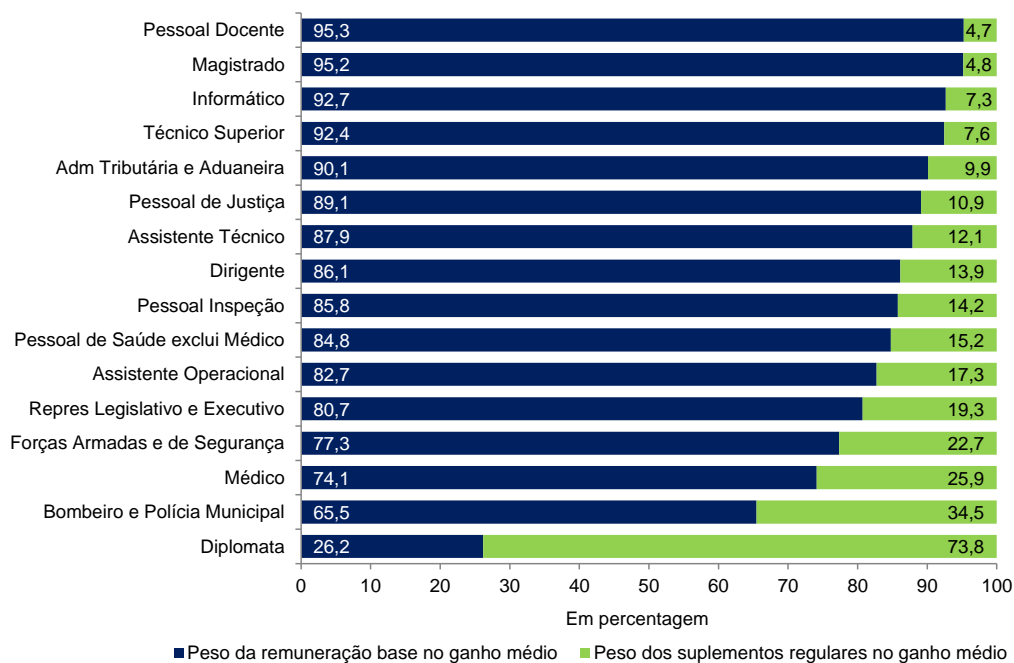


Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

No período de referência, o pessoal docente destaca-se com o maior peso da remuneração base no ganho, 95,3% (Gráfico 3.2). Pelo contrário, para os diplomatas são os suplementos regulares que assumem a maior importância no ganho auferido mensalmente (73,8%).

Por comparação, os cargos, carreiras e grupos que revelam um maior peso de trabalhadores com habilitações ao nível do ensino superior apresentam também valores de remuneração de base mais elevados, em oposição aos trabalhadores inseridos em carreiras com que exigem níveis de escolaridade mais baixas (Gráfico 3.3).

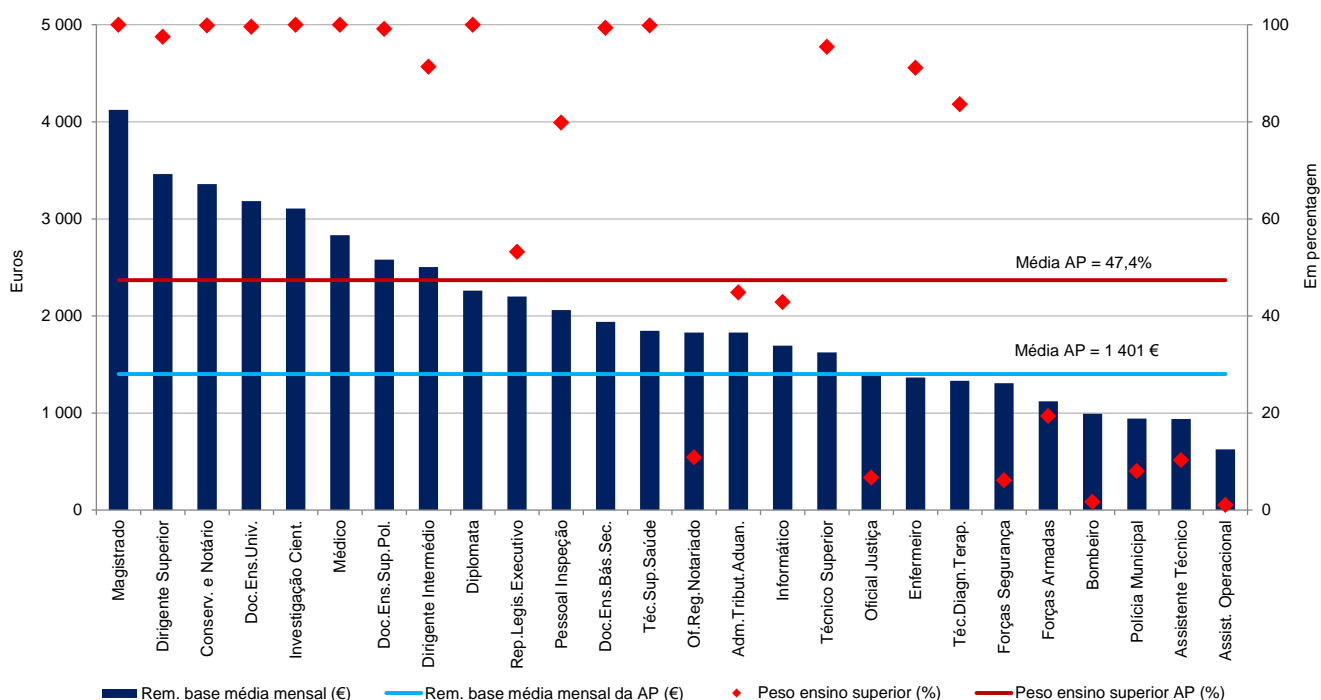
Gráfico 3.2 Estrutura do ganho médio mensal por cargo, carreira e grupo, outubro 2011



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

Notas: Pessoal Docente: inclui docentes de todos os níveis de ensino e pessoal de investigação científica; Pessoal de Justiça: inclui conservador e notário, oficial de registos e notariado e oficial de justiça; dirigente: inclui dirigentes superiores e intermédios de todos os graus; Repres. Legislativo e Executivo = representantes do poder legislativo e dos órgãos executivos

Gráfico 3.3 Comparação entre remunerações de base médias mensais e peso dos trabalhadores com escolaridade de ensino superior por cargo, carreira e grupo nas administrações públicas, 4.º trim. 2011



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

II. SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO

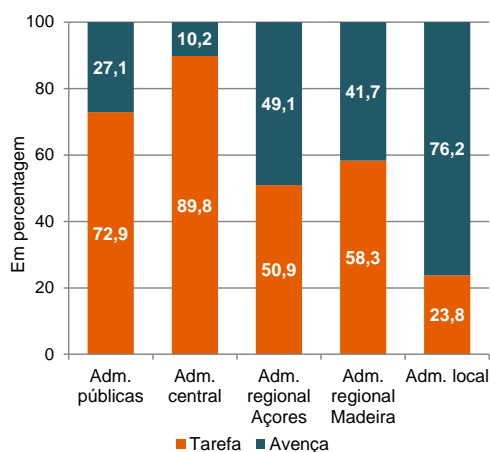
4. Prestações de serviços na administração direta e indireta

Quadro 4.1 Prestações de serviços por subsector e ministério, 31 dezembro 2011 e 30 junho 2012

	Distribuição das prestações de serviços segundo a modalidade (N.º)						Estrutura no subsector (%)		Variação 30-jun-2012 / 31-dez-2011		Distribuição das prestações de serviços 1.º sem. 2012 (6 meses)		
	31-dez-2011			30-jun-2012			dez-11	jun-12	N.º	%	Tarefa	Avença	Total
	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total							
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total (*)	13 803	5 594	19 397	5 445	4 650	10 095	100,0	100,0	-9 302	-48,0	18 549	6 905	25 454
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	12 312	2 097	14 409	4 441	1 835	6 276	74,3	62,2	-8 133	-56,4	16 924	1 926	18 850
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (a)	11	18	29	11	20	31	0,2	0,5	2	6,9	11	22	33
Presidência do Conselho de Ministros	324	103	427	332	82	414	3,0	6,6	-13	-3,0	366	88	454
Ministério da Administração Interna	18	112	130	17	95	112	0,9	1,8	-18	-13,9	18	95	113
Min. da Agric, Mar, Ambiente e Orden. do Território	23	54	77	22	45	67	0,5	1,1	-10	-13,0	29	46	75
Ministério da Defesa Nacional	0	92	92	0	70	70	0,6	1,1	-22	-23,9	0	72	72
Ministério da Educação e Ciência	982	432	1 414	596	396	992	9,8	15,8	-422	-29,8	1 041	443	1 484
Ministério da Economia e do Emprego	10 407	477	10 884	2 995	388	3 383	75,5	53,9	-7 501	-68,9	14 359	391	14 750
Ministério das Finanças	2	37	39	2	33	35	0,3	0,6	-4	-10,3	2	33	35
Ministério da Justiça	111	338	449	127	322	449	3,1	7,2	0	0,0	177	335	512
Ministério dos Negócios Estrangeiros	95	2	97	90	1	91	0,7	1,5	-6	-6,2	90	1	91
Ministério da Saúde	338	105	443	248	69	317	3,1	5,1	-126	-28,4	830	77	907
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	1	327	328	1	314	315	2,3	5,0	-13	-4,0	1	323	324
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL (*)	1 491	3 497	4 988	1 004	2 815	3 819	25,7	37,8	-1 169	-23,4	1 625	4 979	6 604
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES (RAA)	83	70	153	80	76	156	3,1	4,1	3	2,0	83	80	163
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (RAM)	11	9	20	1	8	9	0,4	0,2	-11	-55,0	14	10	24
ADMINISTRAÇÃO LOCAL (*)	1 397	3 418	4 815	923	2 731	3 654	96,5	95,7	-1 161	-24,1	1 528	4 889	6 417

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

Gráfico 4.1 Estrutura das prestações de serviços por modalidade, 1.º semestre 2012



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

As prestações de serviço a 30 de junho de 2012, refletem uma quebra de 48,0% em relação a 31 de dezembro de 2011. Esta diminuição é particularmente acentuada no Ministério da Economia e do Emprego devido à redução do número de trabalhadores com contrato de tarefa no Instituto de Emprego e Formação Profissional (Quadro 4.1). Durante o 1.º semestre, 72,9% dos contratos de prestações de serviços nas administrações públicas foram celebrados na modalidade de tarefa (Gráfico 4.1). No final de junho 2012, a maioria dos prestadores de serviços (85,2%) encontram-se em entidades com atividades de administração pública, defesa e segurança social obrigatória - Secção O (Quadro 4.2).

Quadro 4.2 Prestações de serviços por CAE, 31 dezembro 2011 e 30 junho 2012

CAE rev.3	Distribuição das prestações de serviços segundo a modalidade (N.º)						Estrutura no subsector (%)	
	31-dez-2011			30-jun-2012 (p)			dez-11	jun-12
	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total		
Total	13 803	5 594	19 397	5 445	4 650	10 095	100,0	100,0
J+M+R Atividades inform. e comunic., consultoria; científicas e técnicas; e artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas	20	35	55	4	17	21	0,3	0,2
O Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	12 279	5 034	17 313	4 432	4 165	8 597	89,3	85,2
P Educação	1 165	400	1 565	770	367	1 137	8,1	11,3
Q Atividades de saúde humana e apoio social	339	125	464	239	101	340	2,4	3,4

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); DGAEP/DEEP

5. Trabalhadores em situação de mobilidade especial (SME)

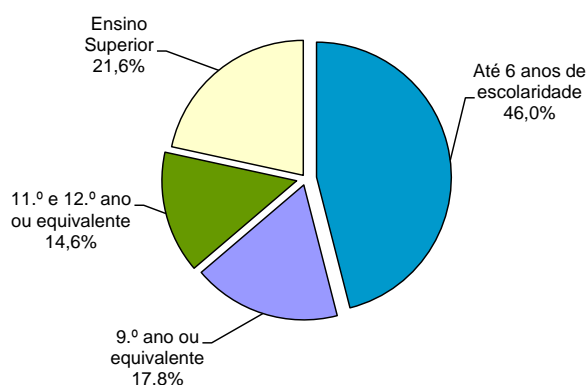
O número de trabalhadores em situação de mobilidade especial diminuiu 14,5% no final do primeiro semestre de 2012 em relação a 31 de dezembro de 2007 (Quadro 5.1). Quanto à sua caracterização, 51,1% são mulheres (Quadro 5.2), cerca de 2/3 possuem habilitações escolares ao nível do ensino básico (63,8%) e aproximadamente 1/5 têm habilitações de nível superior (21,6%) (Gráfico 5.1). No que respeita à estrutura etária cerca de 75,9% dos trabalhadores têm 50 ou mais anos de idade (Gráfico 5.2).

Quadro 5.1 Pessoal em situação de mobilidade especial por ministério, 31 dezembro 2007 a 30 junho 2012

Ministério	Trabalhadores em SME (N.º)						Variação face a 2007 (N.º)			
	31-dez-2007	31-dez-2008	31-dez-2009	31-dez-2010	31-Dez-2011	30-Jun-2012 (p)	Dez 09 / dez 07	Dez 10 / dez 07	Dez 11 / dez 07	Jun 12 / dez 07
Total	1 338	1 585	1788	1305	1176	1144	450	-33	-162	-194
Presidência do Conselho de Ministros	9	49	28	10	10	29	19	1	1	20
Ministério da Administração Interna	0	25	9	24	22	21	9	24	22	21
Min. da Agric, Mar, Ambiente e Orden. do Território	1 238	1 178	1163	713	632	606	-75	-525	-606	-632
Ministério da Defesa Nacional	0	0	185	152	104	101	185	152	104	101
Ministério da Educação e Ciência	8	26	124	104	130	119	116	96	122	111
Ministério da Economia e do Emprego	16	54	44	35	27	25	28	19	11	9
Ministério das Finanças	23	49	27	78	77	74	4	55	54	51
Ministério da Justiça	0	27	51	45	37	40	51	45	37	40
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	7	9	9	8	8	9	9	8	8
Ministério da Saúde	30	131	81	80	68	66	51	50	38	36
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	14	39	67	55	61	55	53	41	47	41

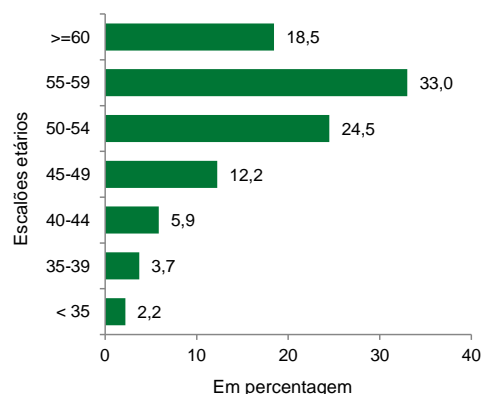
Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); Secretarias-Gerais dos Ministérios; DGAEP/DEEP

Gráfico 5.1 Distribuição dos trabalhadores em SME por níveis de escolaridade, 31 dezembro 2011



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); Secretarias-Gerais dos Ministérios; DGAEP/DEEP

Gráfico 5.2 Estrutura etária dos trabalhadores em SME, 31 dezembro 2011



Quadro 5.2 Pessoal em situação de mobilidade especial por sexo, 31 dez. 2010-2011 e 30 junho 2012

Ministério	Trabalhadores em situação de mobilidade especial (N.º)									Em percentagem	
	31-dez-2010			31-dez-2011			30-jun-2012 (p)			31-dez-2010	30-jun-2012 (p)
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	Taxa de feminização	
Total	654	651	1 305	587	589	1 176	559	585	1 144	49,9	51,1
Presidência do Conselho de Ministros	5	5	10	5	5	10	15	14	29	0,4	1,2
Ministério da Administração Interna	9	15	24	8	14	22	8	13	21	1,1	1,1
Min. da Agric, Mar, Ambiente e Orden. do Território	376	337	713	342	290	632	315	291	606	25,8	25,4
Ministério da Defesa Nacional	138	14	152	95	9	104	94	7	101	1,1	0,6
Ministério da Educação e Ciência	50	54	104	59	71	130	53	66	119	4,1	5,8
Ministério da Economia e do Emprego	9	26	35	8	19	27	5	20	25	2,0	1,7
Ministério das Finanças	21	57	78	27	50	77	25	49	74	4,4	4,3
Ministério da Justiça	11	34	45	9	28	37	10	30	40	2,6	2,6
Ministério dos Negócios Estrangeiros	3	6	9	3	5	8	3	5	8	0,5	0,4
Ministério da Saúde	27	53	80	24	44	68	24	42	66	4,1	3,7
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	5	50	55	7	54	61	7	48	55	3,8	4,2

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 15-09-2012); Secretarias-Gerais dos Ministérios; DGAEP/DEEP

6. NOTAS TÉCNICAS

NOTAS SOBRE O UNIVERSO E FONTES

Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE): instituído pela Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, tem por objetivo a caracterização de entidades públicas e dos respetivos recursos humanos com vista a habilitar os órgãos de governo próprios com a informação indispensável para definição das políticas de organização do Estado e da gestão dos recursos humanos. Constam do SIOE todos os serviços integrados, serviços e fundos autónomos, Regiões Autónomas, autarquias locais e outras entidades que integrem o universo das administrações públicas em contas nacionais. A recolha de dados trimestrais/semestrais por recenseamento, dirigido às entidades que constituem o universo das administrações públicas no território nacional, possibilita a disponibilização de resultados trimestrais, semestrais e anuais relativos ao emprego público no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho. A informação é obtida por recolha *online*.

Administrações públicas: do ponto de vista estatístico, de acordo com o Sistema de Contas Nacionais (SEC 95 aprovado e publicado pelo Eurostat), o sector das administrações públicas compreende todas as unidades institucionais cuja função principal consiste em produzir outros bens e serviços não mercantis destinados ao consumo individual e coletivo e/ou em efetuar operações de redistribuição do rendimento e da riqueza nacional.

Aplicação no contexto das publicações do DEEP: Para efeitos das estatísticas do emprego público, o sector das **Administrações Públicas** compreende as entidades incluídas nos seguintes subsectores, de acordo com o universo 2011 definido pelo INE/DCN:

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	Estado	Inclui os organismos cujas receitas e despesas se inscrevem unicamente na Conta Geral do Estado (correspondente aos Serviços Integrados)	
	Serviços e Fundos Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das administrações públicas e com impostos que lhes estejam consignados	
	Fundos de Segurança Social	Inclui todas as unidades institucionais centrais cuja atividade principal consiste em conceder prestações sociais	
	Instituições Sem Fim Lucrativo (ISFL)	Agrupam as ISFL que exercem essencialmente atividades não mercantis e são controladas e financiadas maioritariamente pela administração central	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	Administrações regionais dos Açores e da Madeira	Órgãos do Governo Regional	Inclui os organismos cujas receitas e despesas se inscrevem unicamente na Conta dos Governos Regionais
		Serviços e Fundos Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das administrações públicas e com impostos que lhes estejam consignados
		Fundos de Segurança Social	Inclui todas as unidades institucionais regionais cuja atividade principal consiste em conceder prestações sociais
	Administração local	Distritos	Assembleias distritais
		Municípios	Câmaras municipais
		Freguesias	Juntas de freguesia
		Serviços Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das administrações públicas e com impostos que lhes estejam consignados
		Instituições Sem Fim Lucrativo (ISFL)	Agrupam as ISFL que exercem essencialmente atividades não mercantis e são controladas e financiadas maioritariamente pela administração local

Dados sobre emprego nas administrações públicas: DGAEP - Síntese Estatística do Emprego Público - [SIEP 2.º trimestre 2012](#)

Dados sobre mercado de trabalho: INE - Inquérito ao emprego 2.º trimestre 2012 (*Hiperligação:* <http://www.ine.pt/>)

Dados sobre remunerações e PIB:

INE - Contas Trimestrais por Sector Institucional - 4.º trimestre de 2011 (nova série, com ano base 2006). O valor do trimestre é igual à soma dos quatro trimestres do ano, correspondendo ao ano acabado no trimestre. (*Hiperligação:* <http://www.ine.pt/>)

EUROSTAT - Contas Trimestrais por Sector Institucional (Quarterly non-financial accounts for general government); Contas Nacionais - PIB e principais componentes (Annual national accounts - GDP and main components - current prices) (*Hiperligação:* http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database)

População ativa (Gráfico 1.1): OCDE, Employment in general government and public corporations, chap.5, last updated 24-jun-2011. (*Hiperligações:* [Government at a Glance 2011 - © OECD 2011](#); [Dataset: LFS by sex and age - composition](#))

População residente 2011: INE - Censos 2011 - dados provisórios (*Hiperligação:* <http://www.ine.pt/>)

TRATAMENTO E VALIDAÇÃO DOS DADOS

1. A validação da informação reportada no SIOE é efetuada através dos seguintes procedimentos para todos os níveis das administrações públicas para as diferentes variáveis de recolha:

- Análise da evolução temporal dos resultados - estudo de tendência no trimestre/semestre/homólogo;
- Controlo de *outliers* - análise/validação dos valores anómalos registados; e,
- Contacto de entidades no sentido de obter os dados em falta ou correções necessárias.

2. A estimação da informação em falta ou incompleta no SIOE foi feita com os dados do trimestre/semestre seguinte mais próximo por substituição. Especificamente para os subsectores da administração local, no 4.º trimestre de 2011:

- Freguesias - de um universo de 4 259 Juntas de Freguesia foi estimado emprego e remunerações para 122;
- Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Local - de um universo de 91 reportaram dados 18 entidades.

3. Por razões de arredondamento, a soma das parcelas pode não corresponder ao total.

CONCEITOS

Atividade económica - Resultado da combinação dos fatores produtivos (mão de obra, matérias-primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos fatores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a atividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens ou serviços).

Idade média estimada - Recolha de dados é feita em escalões de 5 anos. A idade média estimada resulta do ponto médio dos escalões etários ponderado pelo número de trabalhadores em cada um dos escalões.

Índice de juventude dos trabalhadores das administrações públicas, por aplicação do índice de juventude da população em idade ativa - Relação entre a metade mais jovem e a metade mais idosa dos trabalhadores das administrações públicas, definida como o quociente entre o número de trabalhadores com idades inferiores aos 39 anos e o número de trabalhadores com idades iguais e superiores aos 40 anos (expressa por 100 (10^2) trabalhadores com 40 ou mais anos).

Índice de renovação dos trabalhadores das administrações públicas, por aplicação do índice de renovação da população em idade ativa - Relação entre os trabalhadores que estão a entrar e os que potencialmente estão a sair das administrações públicas, definida como o quociente entre o número de trabalhadores com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de trabalhadores com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa por 100 (10^2) trabalhadores com 55-64 anos).

Nível de tecnicidade = N.º de trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior / Total de trabalhadores X 100.

Período normal de trabalho - número de horas de trabalho semanal em vigor na entidade pública para a respetiva categoria profissional, fixado ou autorizado por lei ou fixado no Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho ou no Contrato de Trabalho, período para além do qual o trabalho é pago como extraordinário/suplementar. Na mesma entidade pode haver diferentes períodos normais de trabalho.

Prestação de serviços - Contrato de prestação de serviços sujeito ao regime previsto no artigo 35.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro. Pode assumir uma das seguintes modalidades: a) Tarefa - quando tem por objeto a execução de trabalhos específicos, de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido; b) Avença - quando tem por objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal e com retribuição certa mensal. Os contratos de tarefa e de avença não consubstanciam uma relação jurídica de emprego público.

Remuneração mensal base - montante líquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago com caráter regular e garantido aos trabalhadores no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho.

Remuneração ganho médio mensal - remuneração base, prémios, subsídios ou suplementos regulares e remuneração por trabalho suplementar.

Taxa de feminização = N.º de mulheres / Total de trabalhadores X 100.

Ver também *Glossário de Termos Estatísticos* (Hiperligação: [Glossário de termos estatísticos](#)).

CLASSIFICAÇÕES

Classificação Internacional Normalizada da Educação, ISCED 1997, UNESCO - é uma classificação de objetivos múltiplos, aprovada pela UNESCO; é um instrumento de referência que permite a harmonização e comparabilidade das estatísticas e indicadores da educação a nível nacional e internacional. Níveis educativos utilizados:

ISCED 0	Ensino pré-escolar
ISCED 1	Ensino básico (1.º e 2.º ciclos)
ISCED 2	Ensino básico (3º ciclo)
ISCED 3	Ensino secundário (11.º ano)
ISCED 4	Ensino secundário (12.º ano ou equiv.)
ISCED 5	Ensino superior (bacharelato)
ISCED 5	Ensino superior (licenciatura)
ISCED 6	Ensino superior (mestrado, doutoramento)

Classificação portuguesa das atividades económicas - V00554 - Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3 (deliberação n.º 327 do CSE, de 19 de março de 2007. Publicação final pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro). Atividade económica resultante da atribuição da CAE rev. 3 à atividade principal da entidade pública principal e dependente do nível de agregação dos dados recolhidos e disponibilizados pelo SIOE.

ABREVIATURAS

Ministérios, orgânica do XIX Governo Constitucional: **OSI** - Órgãos de Soberania e Independentes; **PCM** - Presidência do Conselho de Ministros; **MAI** - Ministério da Administração Interna; **MAMAOT** - Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território; **MDN** - Ministério da Defesa Nacional; **MEC** - Ministério da Educação e Ciência; **MEE** - Ministério da Economia e do Emprego; **MF** - Ministério das Finanças; **MJ** - Ministério da Justiça; **MNE** - Ministério dos Negócios Estrangeiros; **MS** - Ministério da Saúde; **MSSS** - Ministério da Solidariedade e da Segurança Social.

Países da União Europeia (UE):

AE-17: Alemanha; Áustria; Bélgica; Chipre; Eslováquia; Eslovénia; Espanha; Estónia; Finlândia; França; Grécia; Irlanda; Itália; Luxemburgo; Malta; Países Baixos; Portugal.

UE-27: AE-17; Bulgária; Dinamarca; Hungria; Letónia; Lituânia; Polónia; Reino Unido; República Checa; Roménia; Suécia.

AC - Administração central

Adm. - Administração / Administrações

AE - Área do Euro

AL - Administração local

AP - Administrações públicas

AR - Administração regional

Bachar. - Bacharelato

BDAP - Base de Dados dos Recursos Humanos da

Administração Pública de 2005

CAE - Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3

DGAEP - Direção-Geral da Administração e do Emprego Público

DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais

EUROSTAT - Departamento de Estatística da União Europeia, integrado na Comissão Europeia

H - Homens

INE/DCN - Instituto Nacional de Estatística/Departamento de Contas Nacionais

ISCED - Classificação Internacional Normalizada da Educação

Licenc. - Licenciado

M - Mulheres

PIB - Produto Interno Bruto

p - Provisório

pop. - População

p.p. - Pontos percentuais

RAA - Região Autónoma dos Açores

RAM - Região Autónoma da Madeira

Remun. - Remuneração

SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado

SME - Situação de Mobilidade Especial

UE - União Europeia